



O Arquivo do Parlamento e o seu Património: O caso dos Espólios

Ana Margarida Rodrigues^a, Lúcia Tavares^b, Maria Filomena Melo^c

^aAHPEGD, Assembleia da República, Portugal, ana.margaridarodrigues@ar.parlamento.pt

^bAHPEGD, Assembleia da República, Portugal, lucia.tavares@ar.parlamento.pt

^cAHPEGD, Assembleia da República, Portugal, maria.filomenamelo@ar.parlamento.pt

Resumo

A preservação da memória histórica e do património cultural no serviço de Arquivo da Assembleia da República (Arquivo Histórico Parlamentar, Expediente e Gestão Documental – AHPEGD) é uma das suas funções primordiais e tem como fim garantir o acesso ao conhecimento e informar o cidadão.

Esta comunicação pretende demonstrar como é que atualmente são custodiados e guardados os acervos do AHPEGD e, sobretudo, pretende revelar um projeto específico que se encontra em curso. Trata-se de apostar na captação de espólios particulares de deputados e figuras ligadas à atividade desta casa, no presente e no passado, e de criar um modelo de tratamento e descrição dos mesmos.

Palavras-chave: espólios pessoais, arquivos pessoais, arquivo parlamentar, preservação da memória.

Introdução

O Arquivo Parlamentar começou a ser formado durante as primeiras Cortes Constituintes (1821), sendo o seu acervo a principal fonte para a História do parlamentarismo em Portugal. A preservação da memória histórica e do património cultural é uma das suas funções primordiais e tem como fim garantir o acesso ao conhecimento do passado e informar o cidadão. Uma vez que a história tende a repetir-se em ciclos e que o *Zeitgeist* presente tem muitas semelhanças com um período histórico relativamente recente, torna-se crucial a salvaguarda dos saberes passados para perceber o presente e garantir escolhas fundamentadas.

Esta missão tem evoluído ao longo do tempo, sendo que, nos dias de hoje, o acesso à informação por parte dos nossos utilizadores está bastante facilitado, estando disponível o atendimento na Sala de Leitura e o contacto por email ou telefone. Através das Bases de Dados em linha, é possível pesquisar e aceder, em alguns casos, a versões digitais da documentação: [Debates Parlamentares](#); [Arquivo Fotográfico](#); [Arquivo Audiovisual](#); [Arquivo Histórico](#). Outro canal de acesso é o [website](#), onde o utilizador pode encontrar informações várias (horário, contactos, regulamentos, etc.). Pode ainda aceder à [História](#) do Arquivo, consultar o [Guia dos Fundos](#) e explorar a riqueza documental patente nas [Exposições Virtuais “Percursos”](#), que contam com edições regulares, desde 2018.

O Arquivo da Assembleia da República é constituído por Fundos, que resultam da atividade dos serviços na sua vertente política e administrativa, mas conta igualmente com [Coleções](#), adquiridas ou oferecidas, como os espólios doados pelas famílias de antigos deputados e funcionários. Estas doações têm sido

feitas maioritariamente por iniciativa do doador, mas nem sempre.

Da primeira campanha....

Em 1944, o Secretário da Assembleia Nacional, Joaquim Leitão, promoveu a criação do Museu Histórico-Bibliográfico da instituição, tendo iniciado uma campanha de captação de documentos relevantes para a História parlamentar, junto de potenciais doadores. Dessa iniciativa resultou a entrega ao Bibliotecário-Arquivista, Dr. Joaquim Alberto Iria Júnior, de espólios que ficaram no Museu até ao início deste século quando foram transferidos para o Arquivo Parlamentar.

De então para cá, não se conhecem outras campanhas de captação de espólios, mas foram sendo entregues, por iniciativa de doadores, arquivos de figuras ligadas à vida parlamentar.

O acaso fez com que, em 2023, o Arquivo recebesse o espólio de Tomé de Barros Queiróz, antigo deputado da 1ª República. Entretanto, recebemos pequenas doações avulsas. No final de 2025, e com um curto intervalo, receberam-se dois volumosos espólios: um, de um antigo Presidente e outro de um antigo vice-Presidente da Assembleia da República, respetivamente António Barbosa de Melo e Nuno Rodrigues dos Santos, por coincidência dois históricos do mesmo partido, ambos deputados desde a Constituinte de 1975. Esta convergência feliz fez-nos pensar na relevância desta documentação no contexto do Arquivo.

A experiência já nos provara que precisávamos recorrer a documentação de espólios à nossa guarda para ter o outro lado do espelho, um documento que completasse ou desse sentido a outro, que fornecesse um contexto ou, enfim, que tornasse mais coerente a informação necessária numa pesquisa. Por outro lado, temos visto alguns espólios de parlamentares serem entregues a outras instituições, sempre por iniciativa unilateral dos doadores ou suas famílias. Então, tornou-se claro: é preciso captar e canalizar doações de arquivos pessoais de antigos deputados ou funcionários parlamentares para o arquivo da “sua casa”, o Arquivo Parlamentar. Mas, como fazê-lo? Como fazer um projeto de angariação de espólios parlamentares? E depois? Como tratar esses espólios? Porque, na verdade, até agora, não se tem conseguido uma uniformização no seu tratamento e descrição e todos foram enquadrados como coleções. Tal se deve ao facto de os espólios diferirem muito entre eles, quer em conteúdo quer em volume, de terem chegado em diferentes períodos e, por vezes, de terem já sido alvo de triagem pelos familiares, o que alterou a sua constituição original.

... ao nosso projeto: o preâmbulo

Em face disto, e visando construir o projeto, iniciámos uma consulta junto de instituições similares com o propósito de conhecer e aprender com as experiências de terceiros.

A rede CERDP (Centro Europeu de Pesquisa e Documentação Parlamentar) proporciona às instituições parlamentares a partilha de experiências no âmbito das suas atividades. Aproveitando esta possibilidade, lançámos um inquérito no âmbito desta rede, que alcançou 61 instituições (das quais responderam 44), para podermos beneficiar de eventuais projetos e práticas já em curso que fossem ao encontro do que procurávamos – e isto tanto para a questão da captação de espólios como para a sua gestão e descrição. Lamentavelmente, os resultados dos questionários foram muito tíbios e escassas as informações sobre a gestão de espólios pessoais por parte das instituições inquiridas. Analisando os dados, verificámos que 41% dos respondentes indicava não possuir esse tipo de acervo. Entre 17 instituições que detêm espólios,

apenas 13 continuam a receber novos conjuntos documentais. Contudo, somente 7 afirmaram ter regras específicas e o único que dizia ter tudo o que precisaríamos saber, considera essa informação interna, confidencial e não partilhável. Respostas genéricas, como por exemplo, o respeito pela ISAD(G), não nos trouxeram nada de novo em que pensar.

Ainda assim, esta etapa não foi em vão, pois alguns dos respondentes forneceram-nos matéria para reflexão e sugestões a implementar. Mas foi assaz insuficiente.

Então, num segundo passo, recorremos a formação específica e a bibliografia sobre o tema ou temas afins, para nos atualizarmos sobre as práticas correntes de abordagem dos arquivos pessoais, ainda que não exista nada direcionado para uma ideia tão concreta como o tratamento de espólios de parlamentares. Fundamentadas na literatura sobre a matéria e inspiradas nos melhores exemplos, pudemos iniciar a reflexão necessária à construção de um projeto sustentado intelectualmente e exequível, na prática.

Na sequência disto, constituímos uma equipa expressamente vocacionada para este propósito, gerando uma espécie de plataforma interna de aprendizagem, debate e trabalho.

O projeto em devir

Percebemos, desde logo, que seria necessária proatividade para a captação desta documentação, não deixando a iniciativa dependente apenas dos produtores da documentação ou seus familiares.

Havendo uma lacuna em estratégias institucionais para a aquisição destes acervos, começámos por delinear uma, que passa pela elaboração de uma lista de contactos de antigos parlamentares, sistematização da informação disponível em arquivo sobre os mesmos e pelo recurso à mediação da Associação dos Antigos Deputados. Encontra-se em construção um manual de boas práticas e definição de procedimentos para a abordagem dos potenciais doadores, que incluirá, entre outros aspetos, a definição e seleção dos documentos que podem constituir o espólio a doar. Finalmente, mas não por último, tornou-se claro que estes espólios são arquivos pessoais e não coleções, pelo que estão também em elaboração regras internas para a normalização do tratamento arquivístico, que irá incidir sobre este tipo de documentação.

No caso do já referido espólio de Tomé de Barros Queiróz, este ainda foi tratado sem a uniformização que o nosso projeto-piloto pretende fixar, mas os espólios de Nuno Rodrigues dos Santos e António Barbosa de Melo, embora ainda tenham sido doados por iniciativa da família, já são parte do projeto relativamente ao tratamento documental e arquivístico.

Um projeto adotou outro

O contexto de reflexão e desenvolvimento do projeto enunciado suscitou o interesse por um novo projeto que irá intercetar este. Trata-se de um projeto de História Oral, cujo alcance é mais amplo e envolve também a Biblioteca Parlamentar, onde aliás nasceu. Porém, ao nível do Arquivo, acolhemos e adotamos entusiasticamente a ideia. O que pretendemos é cruzar a história oral com a captação e tratamento de espólios através da recolha de depoimentos dos potenciais doadores, sempre que possível, ou dos seus familiares. Isto é, pretendemos associar a cada conjunto documental o discurso sobre a sua construção, as histórias que o seu criador nos possa contar – diretamente, sempre que possível, ou pela boca dos seus descendentes –, e todas as informações que possam acompanhar e contextualizar os documentos que nos forem confiados.

Conclusões

O projeto agora iniciado pretende ser um projeto aberto, jamais concluído. Captar e tratar espólios privados de parlamentares será, doravante e no que depender de nós, uma das linhas de trabalho permanente, no Arquivo Parlamentar.

Está em curso o tratamento dos nossos dois “espólios-piloto” nos quais estão a ser ensaiadas as normas de tratamento e os modelos de trabalho expressamente construídos para o efeito ou, melhor dizendo, também ainda em construção, pois a prática tem-nos ensinado o que é preciso e suscitado soluções específicas.

É, pois, particularmente ingrato tirar conclusões de um trabalho que não está, nem pretende estar concluído. Podemos apenas, em jeito de síntese, sublinhar que a experiência apontou caminhos e multiplicou ideias, orientando-nos, primeiramente, para a relevância de captar de uma forma organizada e sistemática espólios documentais que, de outro modo, podiam ser perdidos, ou, na melhor das hipóteses, doados a instituições que não são, por excelência, as “casas-mãe”, dos seus produtores. Para o efeito, tornou-se necessário criar toda uma estrutura que começa com a definição de políticas institucionais relacionadas com esse processo de captação, incorporação e gestão de espólios privados/pessoais e vai até à construção de ferramentas de trabalho, manuais de boas práticas, regulamentos internos e adoção de procedimentos normalizados para o tratamento arquivístico específico destes materiais. Um processo pioneiro e sem fim.

Referências bibliográficas

[Nota: As referências abaixo indicadas foram e estão a ser utilizadas como fundamento teórico e guia para a construção e desenvolvimento do projeto]

Assembleia da República, Arquivo Histórico Parlamentar, Expediente e Gestão Documental.

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AHP.aspx>

AAVV. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Anastácio, V. (org.). (2013). *Tratar, estudar, disponibilizar: um futuro para as Bibliotecas Particulares*. Banco Espírito Santo.

Britto, A. C. L., & Corradi, A. (2017). Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. *Ponto de Acesso*, 11(3), 148–169. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/22745>

Camargo, A. M. A. (2009). Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2, 27–39. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf

Cook, T. (1998). Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricas*, 11(21), 129–149. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2062>

Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Serviços <https://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/descricao/>

Ducrot, A. (1998). A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricas*, 11(21), 151–168. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2059>

Lima, L. H. (2016). *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Ordem dos Advogados. A Biblioteca: Espólios Documentais Pessoais – metodologia seguida no tratamento da documentação e classificação adoptada https://www.oa.pt/cd/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?sidc=58102&idc=58658&idsc=58658&ida=24061

Miguéis, M. (2023). *O Arquivo Pessoal de Manuel Tito de Morais e a sua Vida: Análise e Tratamento Arquivístico da Informação*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.

Portal da Câmara dos Deputados. Arquivo <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo>

Portal da Câmara dos Deputados. Depoimentos históricos <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral>

Ribeiro, F. (2005). Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. *Boletim cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1*, 129-133.

Rosa, M. L. (org.). (2012). *Arquivos de família séc. XIII-XX: que futuro?* IEM.

Silva, A. B. (2004). Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património, I Série*, vol. III, 55-84. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf>

UK Parliament. Parliament's Archive Collections <https://www.parliament.uk/business/publications/archives/>